

**Jornal Notícias**

24-10-2015

**Periodicidade:** Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 110603**Temática:** Justiça**Dimensão:** 1350**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/12

● Esquema de fraude fiscal durou oito anos e envolveu dezenas de empresários ● Acusação diz que documentos serviam para aumentar a despesa, diminuir os lucros e poupar IRC e IVA Página 12

# Burla de 58 milhões com faturas falsas na construção civil

**Investigação** Departamento Central de Investigação e Ação Penal acusa 46 empresários de enganarem o Fisco com negócios simulados durante oito anos

# Rede de faturas falsas lesa Estado em 58 milhões

**Alexandre Panda**  
 policia@jn.pt

► Uma gigantesca fraude fiscal que durou cerca de oito anos e girava à volta da compra e venda de faturas fictícia causou mais de 58 milhões de euros de prejuízo ao Estado. O esquema foi detetado pelos inspetores da Autoridade Tributária e o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) acusou 46 arguidos, empresários essencialmente ligados ao ramo da construção civil e dos transportes, do Norte ao Sul do país, que devem ir brevemente a julgamento por inúmeros crimes de fraude fiscal. Ninguém está preso.

O esquema dividia-se em duas partes. De um lado, havia quem emitisse as faturas falsas com o único intuito de as vender e sem que às mesmas correspondesse qualquer transação real. Em troca, recebiam uma percentagem do valor em causa. A acusação garante que um dos principais arguidos, Fernando Boa Morte, 46 anos, na-

## Detalhes :



### Pedro Lamy investigado

► Uma empresa de reparação e compra e venda de veículos do piloto Pedro Lamy, que ganhou, em 2012, a famosa corrida das 24 horas de Le Mans, em França, chegou a ser investigado, no âmbito deste processo de fraude fiscal. O Ministério Público concluiu que não havia indícios do crime e arquivou o caso.

### 187 arguidos

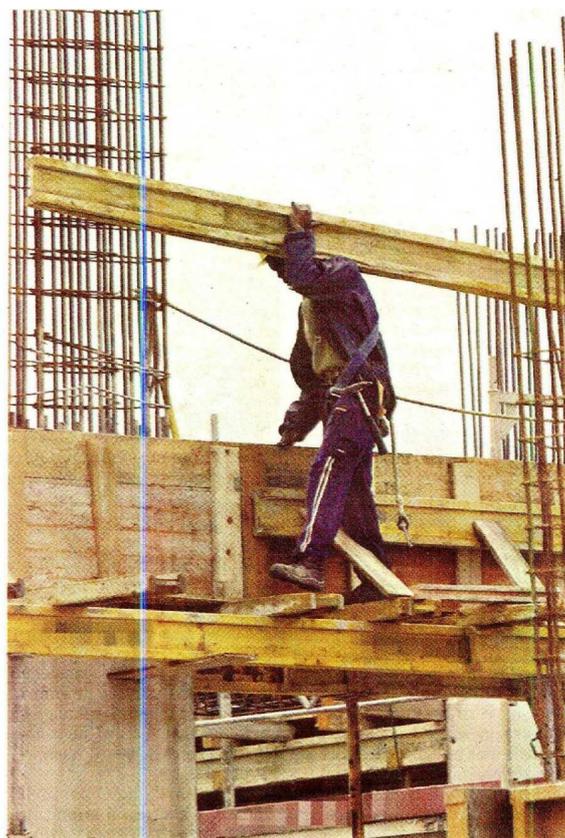
► Este inquérito, investigado por inspetores do Fisco, chegou a ter 187 arguidos, que foram sendo eliminados por falta de provas. O processo tem agora 46 arguidos.

tural de Lisboa, recebia pelo menos 0,05% do valor da fatura [ver texto em baixo].

Do outro lado, estavam os compradores, que usavam as faturas fictícias para aumentar virtualmente as despesas, diminuindo artificialmente os lucros e, dessa forma, pagar menos IRC e IRS. As mesmas faturas serviam também para obter fraudulentamente deduções dos montantes de IVA devidos à Fazenda Nacional.

De acordo com o DCIAP, um dos maiores destinatários de faturas foi uma empresa de terraplanagem de Palmela, que não só conseguiu diminuir o montante de imposto a pagar, como terá obtido avultados reembolsos por parte da Administração Fiscal. O administrador é acusado de ter comprado falsas faturas de serviços que lhe permitiram fugir ao pagamento de IVA e IRC, no valor de mais de 670 mil euros em apenas dois anos.

Mas os valores não eram todos astronómicos. Uma empresa de jardinagem de Paredes também



Construção civil concentra grande número dos casos neste processo

comprou faturas e é acusada de fraude de 70 mil euros.

Num dos casos, um cliente obteve um empréstimo e também reduziu fraudulentamente impostos com um falso negócio de mais de um milhão de euros. Alcino Matias tinha duas empresas de britagem,

a Brital Britas e a Brito Este. A primeira possuía maquinaria avaliada em cerca de um milhão de euros, que foi vendida por 330 mil a uma firma de Fernando Boa Morte. Este, por sua vez, vendeu-a à Brito Este por 890 mil euros, com recurso ao referido empréstimo. ●

## Uma só empresa passou 1,6 milhões de faturas num ano

► Fernando Boa Morte, considerado pelo Ministério Público como um dos principais arguidos do processo, por ser o "mentor" do esquema de vendas de faturas fictícias, recebia pelo menos 0,05% do total dos documentos que passava.

De acordo com a acusação, o empresário usou uma empresa que já detinha para passar, no ano de 2000, perto de 1,63 milhões de eu-



ros em faturas falsas, o que lhe valeu um lucro, calculado pelo fisco, de 81 mil euros.

Para além de usar uma empresa que já detinha, Boa Morte é acusado de ter adquirido uma outra firma "para, em nome da mesma, emitir faturas que titulassem operações fictícias em moldes idênticos aos já analisados", garante o Ministério Público. Nas faturas eram

colocadas cedências de pessoal fictícias ou serviços e vendas que nunca existiram. Um dos indícios que sustentam a acusação é o facto de a empresa nem sequer possuir equipamentos – secretárias, cadeiras ou computadores –, para além de não ter trabalhadores, veículos ou máquinas.

O empresário também irá responder por ter usado nomes e nú-

meros de contribuinte de empresas alheias para passar faturas, sem a autorização dos gerentes daquelas sociedades. Um outro arguido emissor de faturas fictícias, Francisco Caeiro, de 59 anos, residente em Vila Franca de Xira, é acusado de ter passado cerca de 3,3 milhões de euros em faturas falsas, que serviram para evitar pagamentos de IVA e reduzir IRC e IRS. ●